

(Re)pensar na contribuição das línguas moçambicanas e na inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas em Moçambique

Rufino Alfredo *

ORCID iD <https://orcid.org/0009-0001-0073-494X>

RESUMO

Interessa-nos a todos saber que contribuição as línguas moçambicanas têm na inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas em Moçambique. Mas não se pode responder a essa pergunta sem antes destacar que a nossa investigação não traz uma varinha mágica para o efeito, o que não quer dizer que não exista resposta alguma para essa questão. Para isso, ao longo deste trabalho, procurou-se discutir a temática da nossa investigação a partir de uma abordagem descritiva, sustentada pela realidade do que se vive em Moçambique, olhando especificamente a componente triádica: *línguas – comunidades – inclusão*, face ao desenvolvimento das instituições público-privadas. A partir disso, propor-se-á uma contribuição referente ao uso das línguas moçambicanas que incorpore o factor inclusão das comunidades hodiernas, e o impacto que isso reflete quer ao nível cultural e económico quer numa perspectiva político-social.

PALAVRAS-CHAVE

Línguas moçambicanas; Comunidades Hodiernas; Desenvolvimento Das Instituições Público-Privadas.



ABSTRACT

We are all interested in knowing what contribution Mozambican languages make to the inclusion of today's communities in the development of public-private institutions in Mozambique. However, this question cannot be answered without first emphasizing that our research does not offer a magic bullet, which does not mean that there is no answer to this question. To this end, throughout this work, we sought to discuss the topic of our research from a descriptive approach, supported by the reality of what is experienced in Mozambique, specifically looking at the triadic component: languages, communities, and inclusion, in the context of the development of public-private institutions. Based on this, we will propose a contribution regarding the use of Mozambican languages that incorporates the inclusion factor of today's communities and the impact this has on both the cultural and economic levels, as well as from a socio-political perspective.

KEYWORDS

* Doutor em Ciências da Linguagem – Variante de Linguística, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2021. É Mestre em Linguística Geral e Portuguesa, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2015). Licenciado em Ensino de Português, pela Delegação do Niassa da Universidade Pedagógica de Moçambique, em 2011. É Bacharel em Ensino de Português, pela Delegação do Niassa da Universidade Pedagógica de Moçambique (2009). É Docente efetivo da Faculdade de Letras, Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Púnguê desde 2012. E-mail: rualfredo06@gmail.com

Mozambican languages; Today's Communities; Development Of Public-Private Institutions.

Introdução

Estudos sociolinguísticos feitos por diferentes investigadores nacionais, nomeadamente Carvalho M. J. A (1991), Gonçalves, P. (1997), Firmino, G. (2002), Atanásio, N. (2002), Cumbane, R. M. M. (2008), Ngunga, A. e Bavo, N. (2011), Chimbutane, F. (2012), Alfredo, R. (2015) e (2021), entre outros, consideram que Moçambique é um país multicultural e multilíngue, onde, para além do português, escolhida como língua oficial a partir da independência, que passou assim, a ser a língua usada em todas as instituições e também a língua de ensino em todas os estabelecimentos de ensino, são faladas outras línguas, maioritariamente do grupo bantu. Partindo desses estudos, o principal objetivo do nosso trabalho é mostrar que essas línguas, sobretudo às que constituem o objeto da nossa reflexão, podem servir de um veículo bastante impulsionador na vida das comunidades hodiernas.

Nesse sentido, não almejamos desclassificar o estatuto que a língua oficial tem e o seu impacto em diferentes esferas sociais em Moçambique, mas mostrar que o uso das línguas moçambicanas em diferentes contextos em instituições público-privadas no país pode ser o melhor vector de inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento dessas instituições, pelo menos em aspectos fundamentais: comunicação entre os servidores públicos e utentes, redação, interpretação e difusão de documentos legislativos, ofícios e não só.

Ngunga (2000), ao refletir sobre ensino de línguas moçambicanas no sistema nacional de educação, considera que muitos dos alunos que pouco sabem sobre a língua portuguesa correm muitos riscos na sala de aulas, nomeadamente a *intolerância* dos professores perante aos alunos, a *discriminação* entre alunos da mesma turma, sobretudo quando se alunos que são de centros urbanos, locais aonde o português é usado com fluência, se separam dos alunos oriundos da periferia ou da zona rural que pouca fluência têm no uso do português.

Por estas e outras razões que se estendem a outras instituições não só de ensino, interessou-nos o desenvolvimento desta pesquisa subordinada ao tema *(Re)pensar na contribuição das línguas moçambicanas e na inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas em Moçambique*. Para o efeito e a fim de facilitar a organização do nosso estudo, entendemos que seria útil procurar dar uma resposta estruturada às seguintes questões:

- (i) Que impacto têm as línguas moçambicanas na vida cotidiana das comunidades hodiernas?
- (ii) Qual a conceptualização que se tem sobre as línguas moçambicanas?
- (iii) Que impacto têm as línguas moçambicanas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas?
- (iv) Há ou não a inclusão das comunidades hodiernas no acesso à informação e difusão de documentos legislativos, normativos, ofícios, em diferentes instituições público-privadas no país?

Estamos conscientes de que estas questões ou outras semelhantes são complexas e de difícil abordagem, tendo em consideração de que ainda se espera mais estudos sobre a temática do nosso trabalho. Esperamos ainda que a experiência entretanto adquirida possa vir a ser partilhada com outros investigadores interessados sobre o impacto das línguas moçambicanas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas no país, contribuindo desta forma com mais um material de consulta e de reflexão.

O nosso estudo apresenta duas secções. Na primeira secção faz-se uma abordagem relacionada com o enquadramento histórico social, onde são apresentados alguns aspectos sociolinguísticos e diversidade linguística em Moçambique. Na segunda secção faz-se à apresentação das questões metodológicas que envolveram a recolha de dados e se procede a apresentação e descrição dos dados obtidos, no âmbito desta pesquisa. E na mesma secção, apresentamos o problema da pesquisa.

1. Algumas notas sobre contexto sociolinguístico de Moçambique

Abdula (2013, p.228), em seu trabalho intitulado *o Ensino das línguas nacionais como solução para o Processo de Alfabetização em Moçambique*, levantou um conjunto de reflexões no seu estudo. Na abordagem do autor, considera-se que do mesmo modo que todo indivíduo tem vários direitos previstos pela constituição e pelas diferentes leis, direitos tais como acesso a saúde, educação, a escolha de religião, liberdade, por aí em diante, o mesmo acontece com o direito linguístico previsto pela Declaração Universal dos Direitos Linguísticos.

Partindo deste pressuposto, todas as línguas são consideradas iguais. Nessa perspectiva, uma das primeiras reflexões que fazemos é que para o nosso país, tal como dissemos na introdução deste trabalho, Moçambique é caracterizado por diversidade

linguística. Essa diversidade linguística faz da língua uma marca de identidade e de distinção de cada grupo dentro de um universo maior que é o país no seu todo, Abdula (2013, p. 223).

Segundo Firmino (2002, p.4), em Moçambique, para além das línguas bantu e do português, há outras línguas faladas de origem estrangeira, tal como é o caso do Inglês, e outras de origem asiática, como Hindi, Urdu ou Gujarati. Para o autor referenciado, o Inglês é mais fluente na comunidade estrangeira ligada a organizações internacionais e embaixadas representadas em Moçambique, embora, devido aos contatos com os países vizinhos, como a República da África do Sul, Zimbabwe, Zâmbia e Malawi, haja muitos moçambicanos que usam frequentemente esta língua.

As línguas de origem asiática são faladas entre membros da comunidade de emigrantes oriundos principalmente da Índia e do Paquistão ou pelos seus descendentes. Uma vez que ainda não há dados adequados para se dimensionar o impacto destas línguas de origem estrangeira, não se podem tecer grandes considerações à volta do seu impacto.

Dados do Censo Populacional de 2007 indicam ainda que 50.4% da população sabe falar a língua portuguesa, ainda que estejam aqui incluídos falantes com diferentes níveis de conhecimento desta língua, e mais de 90% da população fala pelo menos uma língua bantu. De acordo com os mesmos dados, a língua portuguesa constitui a L1 de 10.7% dos falantes, enquanto 85.3% da população tem uma língua bantu como L1 (Chimbutane, 2012).

Segundo dados dos censos populacionais divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (2010), nos últimos anos, após a independência, a percentagem de falantes de português como L1 aumentou significativamente e os falantes desta língua como L2 também aumentaram. Veja-se no quadro abaixo.

Quadro (i) – Evolução da percentagem de falantes de português em Moçambique

Falantes do português	1980	1997	2007
L1	1,2%	6,5%	10,7%
L2	24,4%	33%	39,7%
L1 e L2	25,6%	39,5%	50,4%

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2010)

O quadro acima mostra que, segundo os dados divulgados por Instituto Nacional de Estatística (2010), em (2007), apenas 10.7% de uma população total de 20 milhões fala o português como língua materna, (L1), 39,7% falam-no como segunda (L2), e cerca de 49,6 % afirmam não terem absolutamente nenhuma competência nesta língua. Embora o uso de português tenha aumentado consideravelmente, é importante salientar que o português representa uma segunda (ou terceira) língua para a maioria (90%) dos moçambicanos, sendo o português tipicamente adquirido durante a infância por via institucional [Chimbutane & Gonçalves, 2002].

Para esta maioria de moçambicanos, a língua falada com maior frequência em casa é uma língua bantu, quer nas zonas urbanas, quer nas zonas rurais. Como consequência do estatuto de L2 do Português para a maior parte dos seus falantes, há condições criadas para que esta língua seja, pelo menos em parte, sujeita a mudanças e variação linguísticas relativamente ao padrão europeu do português. Estes fenómenos condicionam direta ou indiretamente uma mudança de natureza diferente do que se passa das línguas adquiridas como L1 em contextos monolíngues, o caso especial do PB (cf. Gonçalves, 2013, p.161). Para melhor ilustrar as línguas moçambicanas, poder-se-á observar o mapa etnolinguístico¹ abaixo, que mostra a distribuição das línguas faladas no país, por zonas.



¹ Fonte: <https://www.ethnologue.com/map/MZ>, acesso-dia 10.02.2022

Figura 1 - Mapa etnolinguístico



No mapa apresentado acima, pode constatar-se que, por um lado, que Moçambique é um país composto por mais de 40 línguas, embora não essa afirmação não reúna consenso sobre o número exacto das línguas bantu existentes no país. Por outro lado, das Línguas Bantu distribuídas por regiões de Moçambique, não existe sequer uma delas que seja falada em todo o território nacional. Relativamente à Língua Portuguesa como língua oficial, o seu espaço linguístico é limitado, pois é mais fluente nas zonas urbanas que rurais.

A partir dessas informações sobre a diversidade linguística em Moçambique, esperava-se contudo que o uso das línguas moçambicanas fosse privilegiado em diferentes instituições público-privadas. Logo, observa-se um contraste entre o prestígio dessas línguas e identidade dos seus falantes.

2. Os dados e o problema básico

Como ponto de partida da nossa pesquisa, recorre-se a uma nota da Folha² do Governo da República de Moçambique, de 16.07.2015, que destacava a informação segundo a qual *foi aprovado, pela primeira vez, o uso de línguas moçambicanas nas assembleias provinciais, pondo fim ao exclusivo que era reservado ao português, a língua oficial*. A decisão foi tomada pelo Conselho de Ministros. Essa decisão serviu de um dos pontos de partida para o reconhecimento e valorização das línguas moçambicanas. Nesse contexto, sentimos em parte que tal decisão é bem-vinda. Porém, há que se ter certeza de que está efetivamente a ser implementado.

Para tal, decidimos administrar entrevistas semi-estruturadas e informais, individuais e em grupos focais, aos informantes do estudo. As entrevistas foram realizadas em línguas locais (Cinyanja e Nhúnguè) e em português. As entrevistas semi-estruturadas foram relevantes por nos ter permitido captarmos percepções sociais sobre a nossa temática, na base de uma grelha de questões pertinentes, bem como captarmos os aspectos relevantes não previstos que se destacaram ao longo da pesquisa.

Durante a pesquisa de campo, foram utilizadas diferentes ferramentas que compunham o guião do trabalho, designadamente um guião de entrevistas composto por um conjunto de dois questionários, destinados a cada uma das categorias sócio-profissional dos grupos-alvo (Autoridades locais e a comunidade residente nos Bairros abrangidos pela nossa pesquisa).

Amostra da pesquisa foi definida na base do critério qualitativo de facilidade de contato e de comunicação, e não por critérios probabilísticos, num total de 200 informantes, dos quais 73% pertence ao sexo masculino e 27% são mulheres. Os nossos informantes compreendem uma idade igual e superior a 47 anos.

A entrevista subdividia-se em duas partes, nomeadamente (i) uma parte dirigida a autoridades de alguns Bairros suburbanos da cidade de Tete (Chefes dos Bairros, de Quarteirões, de Dez casas e algumas unidades Policias). O objetivo da entrevista visava saber como a autoridade tem gerido os conflitos (de furto, violência doméstica, abuso de menores, etc., disputa de terra ou de um bem material, etc.) daquelas pessoas que não se comunicam em português, com base na lei (de família, de trabalho, ...).

A segunda parte da nossa entrevista privilegiou as comunidades residentes nos Bairros abrangidos pela nossa pesquisa, nomeadamente Josina Machel, Francisco

² C.F. <https://www.dw.com/pt-002/aprovado-uso-de-l%C3%ADnguas-mo%C3%A7ambicanas-nas-assembleias-provinciais/a-18590383>

Manyanga, Matundo, M'padue, Chingodzi e Samora Moisés Machel, falantes das línguas moçambicanas (L1). Esta parte da entrevista visava colher sensibilidades dos informantes sobre o conhecimento de alguns documentos legislativos e não só, tal como é o caso da lei da família, lei de proteção da pessoa idosa, direitos humanos, direitos civis, direitos e deveres do munícipe e projetos de apoio ao desenvolvimento das comunidades.

Os nossos instrumentos de recolha de dados previam perguntas fechadas e abertas, com a finalidade de obtermos os perfis diversificados dos informantes, relativamente às seguintes variáveis: idade e género, naturalidade, língua(s) materna(s), (L1). Uma análise geral dos dados obtidos, permitiu-nos observar que, relativamente à distribuição das idades, há uma configuração assimétrica positiva, resultante de uma população não jovem.

No que diz respeito ao sexo, a informação disponibilizada pelos informantes revela que, mais homens participaram das nossas entrevistas que mulheres. No que diz respeito à naturalidade dos informantes, os dados obtidos através do instrumento de recolha de dados administrado permitiram-nos observar que os participantes, na sua maioria, nasceram na província de Tete, com 78.75% e outra percentagem (22.25) refere aos participantes que nasceram noutras províncias, mas que se encontram actualmente na cidade de Tete, motivos afins.

No que se refere à língua materna dos informantes, depreendeu-se que 94.75% dos informantes têm uma língua moçambicana como sua L1 e apenas 5.25% dos participantes têm o Português como língua materna. Relativamente à primeira parte da entrevista concedida a autoridades dos Bairros, que visava saber como a autoridade tem gerido os conflitos (de furto, violência doméstica, abuso de menores, etc., disputa de terra ou de um bem material, etc.) daquelas pessoas que não se comunicam em português, com base na lei (de família, de trabalho, ...), os nossos informantes partilham por unanimidade as respostas seguintes:

- a) “Muitas vezes, recorremos a uma tradução dos documentos através do apoio de um tradutor não profissional”;
- b) “Outras vezes, limitamo-nos em solicitar um acompanhante do denunciante, que saiba se comunicar em português”.

Essas informações mostram evidentemente que, no atendimento ao público, em algumas instituições públicas e privadas em Moçambique parece haver exclusão daqueles que têm apenas línguas moçambicanas para se comunicarem. No que se

refere à segunda parte da entrevista, na qual foram abrangidas as comunidades residentes nos Bairros referenciados, foi possível registar as seguintes informações:

(a) As comunidades dizem ter conhecimento de que existem leis e projectos. Porém não sabem o que dizem tais leis e que benefícios ou vantagens trazem tais projectos.


(b) As comunidades mostraram-nos que conseguem mencionar alguns direitos humanos, usando suas línguas maternas.

Desses dados, quer na primeira parte da entrevista quer na segunda parte, podemos constatar que:

a) As línguas moçambicanas continuam a caracterizar a maioria das nossas comunidades.

b) A língua portuguesa continua a ser privilegiada no atendimento de utentes em instituições públicas e privadas.

c) É possível notar que quase todos os documentos legislativos, normativos entre outros estão redigidos em língua portuguesa, o que pode estar na origem da falta do conhecimento destes pelas comunidades.



3. A importância da inclusão das comunidades hodiernas no desenvolvimento das instituições público-privadas através do uso das línguas moçambicanas

O conceito sobre inclusão é discutido em vários ângulos, incluindo no processo de ensino-aprendizagem. Freire (2008) considera que inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceites e respeitados naquilo que os diferencia dos outros.

A autora acrescenta ainda dizendo que, no contexto educacional, vem, também, defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características. Esta ideia é partilhada por Ainscow (1999). O autor sublinha que a inclusão representa uma filosofia educativa que promove a participação das crianças com necessidades educativas especiais, em todos os aspectos da escola e da vida comunitária. Refere-se aos aspectos específicos, mais

práticos, tais como estratégias, métodos, que são essenciais à implementação dos modelos inclusivos.

Para a nossa pesquisa, o conceito de inclusão restringe-se no contexto de acesso à informação pelas comunidades, através de uso das línguas moçambicanas em diferentes instituições públicas e privadas. Os nossos dados, tal como vimos na secção anterior, as comunidades hodiernas não tem acesso à informação de principais documentos legislativos, normativos e não só. Uma das hipóteses que levantamos no nosso estudo refere-se ao facto de exclusão das línguas moçambicanas na redacção e difusão desses documentos em detrimento da língua portuguesa, que continua a língua oficial e de prestígio.

Os dados apresentados mostram ainda que as comunidades sentem-se excluídas em projectos de desenvolvimento comunitário, que por vezes tem-se usado a língua portuguesa para as conversações e difusão dos documentos directores. O outro ponto, que mereceu a nossa atenção nos dados obtidos a partir das autoridades locais é o facto de que muitos dos agentes policiais, afectos a diferentes sectores de atendimento ao público, serem falantes de outras línguas moçambicanas que não são, por exemplo, da zona de jurisdição do seu sector de trabalho. Conforme se pode confrontar nos dados da secção anterior, em algumas vezes, as autoridades locais recorrem a um tradutor para facilitar a comunicação com os utentes e na leitura, compreensão e interpretação de documentos legislativos e normativos, só para citar alguns exemplos.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se discutir necessidade de inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas através do uso das línguas moçambicanas. Para tal, para além das notas introdutórias em que se apresenta a motivação para o presente estudo, objetivos da pesquisa, o objeto de análise e hipótese básica de investigação e se dispõem algumas questões de partida da nossa investigação. O presente trabalho apresenta duas secções. Na primeira secção faz-se uma abordagem relacionada com o enquadramento histórico social, onde são apresentados alguns aspectos sociolinguísticos e diversidade linguística em Moçambique. Na segunda secção faz-se à apresentação das questões metodológicas que envolveram a recolha de dados e se procede a apresentação e descrição dos dados obtidos, no âmbito desta pesquisa. E na mesma secção, apresentamos o problema da pesquisa.

A análise das informações, a partir das entrevistas semi-estruturadas dirigidas a autoridades de alguns Bairros e as respectivas comunidades e postos policiaes do Município de Tete, abrangidos pela nossa pesquisa, permitiu-nos identificar que, em Moçambique, de um modo geral:

(i) o uso de língua portuguesa em instituições público-privadas e na redacção de diferentes documentos legislativos e normativos e não só é ainda exclusivo.

(ii) Nalguns casos, verifica-se necessidade de um tradutor para facilitar a comunicação entre os servidores das instituições público-privadas e utentes, que não possuem o domínio da língua portuguesa.

Após análise detalhada dos resultados dos dados obtidos, o estudo permitiu chegar à conclusão de que as comunidades hodiernas sentem-se excluídas em projectos de desenvolvimento sócio-económico no país. Sentem-se ainda excluídas em muitos serviços públicos e privadas pelo facto de se privilegiar cada vez mais a língua portuguesa.

Consideramos por isso, em parte, que sentimos ter cumprido com as metas principais propostas no presente trabalho. Igualmente, acreditamos que o presente trabalho se apresenta como um contributo essencial para o enriquecimento dos estudos interdisciplinares, reconhecendo que há ainda muito para discutir e aprofundar sobretudo a questão do impacto da alfabetização e uso das línguas moçambicanas pelas comunidades hodiernas e sua inclusão em projetos de desenvolvimento comunitários. Finalmente, e tendo em consideração que, do ponto de vista metodológico, o presente estudo adoptou entrevistas semi-estruturadas, comprometemo-nos em futuras pesquisas a constituição e análise profunda de um inquérito por questionário, com o foco em uma pesquisa exploratória.

Referências

AINSCOW, M. (1999). **Understanding the development of inclusive schools**. London: Falmer Press.

ALFREDO, R. (2015) **Sobre Quantificadores Universais no Português de Moçambique**: uma proposta de análise comparativa com o Português Europeu.

Dissertação de Mestrado, U.Porto, FLUP, disponível em

https://catedraportugues.uem.mz/storage/app/media/docs2/Tese_Final.

ATANÁSIO, Nicolau (2002) **Ausência do artigo no português de Moçambique**:

Análise de um corpus constituído por textos de alunos do Ensino Básico em Nampula.

Universidade do Porto, tese de Mestrado, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53818>

CARVALHO M. J. A (1991), **Aspectos Sintático-semânticos dos Verbos Locativos no Português Oral de Maputo** - Descrição e Aplicação Pedagógica, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

CHIMBUTANE, F. (2012) **Panorama Linguístico de Moçambique**: Análise dos Dados do III Recenseamento Geral da População e Habitação de 2007. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

CUMBANE, R. M. M. (2008) **As Construções de Duplo Objeto em Xitshwa** – Repercussões em Falantes do Português Língua Não Materna. Tese de Doutoramento, FREIRE, S., & CÉSAR, M. (2003). **Inclusive ideals/inclusive practices: how far is dream from reality?** Five comparative case studies. *European Journal of Special Needs Education*, 18(3), 341-354. Universidade de Lisboa, Faculdade de Lisboa.

FREIRE, S. (2008). **Um olhar sobre a inclusão**. Universidade de Lisboa, Revista da Educação, Vol. XVI, nº 1.

FIRMINO, G. (2002) **A Questão Linguística na África Pós-Colonial**: O Caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique. Maputo: Promédia.

GONÇALVES, P. (1997) “**Tipologia de “erros” do português Oral de Maputo**: Um primeiro diagnóstico”. In C. Stroud & P. Gonçalves (Org). *Panorama do português oral de Maputo – Volume II: A construção de um banco de “erros”* (pp. 37-70). Maputo: INDE.

NGUNGA, Armindo e BAVO, Názia (2011) **Práticas Linguísticas em Moçambique**: avaliação da vitalidade linguística em seis distritos. Maputo: CEA – UEM.

Recebido em: 21/03/2025

Aceito em: 27/06/2025

Para citar este texto (ABNT): ALFREDO, Rufino. (Re)pensar na contribuição das línguas moçambicanas e na inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas em Moçambique. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p. 359-370, jan./jun.2025.

Para citar este texto (APA): Alfredo, Rufino. (jan./jun. 2025). (Re)pensar na contribuição das línguas moçambicanas e na inclusão das comunidades hodiernas face ao desenvolvimento das instituições público-privadas em Moçambique *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 359-370.